



## **A AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 DA ONU NO BRASIL**

Enaira Liany Bezerra dos Santos<sup>1</sup>

Elís Regina Costa de Moraes<sup>2</sup>

Zildenice Matias Guedes Maia<sup>3</sup>

Lenilton Alex de A. Oliveira<sup>4</sup>

Bruno Martins Vale de Lucena Amarant<sup>5</sup>

Ocimara Fernandes Negreiros Oliveira<sup>6</sup>

### **Resumo**

Uma das maiores preocupações atuais é garantir a produção e disponibilidade de alimentos para todos, principalmente num contexto de crescimento acelerado das cidades. A Agricultura Urbana (AU), prática de cultivo de alimentos dentro do ambiente citadino, ressurge como uma resposta a esse e inúmeros desafios que permeiam a questão urbana. O objetivo do presente trabalho foi discutir sobre a Agricultura Urbana enquanto instrumento para a consolidação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, focando no cenário brasileiro. Foram selecionados os ODS 1, 2, 11 e 12 para discussão em virtude do maior número de metas diretamente relacionadas à temática. A pesquisa bibliográfica mostrou que o Brasil é um dos países mais distantes do cumprimento da Agenda 2030, especialmente dos ODS discutidos. A AU incita, portanto, novos usos para espaços urbanos, e proporciona entre outros benefícios a segurança alimentar, incentivo à economia local, gestão eficiente de resíduos, participação social, geração de renda e redução das desigualdades e contribui em todos os aspectos para a sustentabilidade urbana. Cabe então a análise da AU à luz de outros ODS não discutidos diretamente no trabalho e de políticas públicas brasileiras, tais como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para avaliar essa prática enquanto instrumento de efetivação de tais legislações de cunho socioambientais no cenário brasileiro.

**Palavras-chave:** Agenda 2030; Agricultura urbana; Segurança Alimentar; Sustentabilidade Urbana; Gestão de Resíduos.

---

*Orientação:* Elís Regina C. Moraes- Docente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade PPGATS/UFERSA, [elisregina@ufersa.edu.br](mailto:elisregina@ufersa.edu.br).

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade PPGATS/UFERSA [enaira.santos@alunos.ufersa.edu.br](mailto:enaira.santos@alunos.ufersa.edu.br).

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade PPGATS/UFERSA, [elisregina@ufersa.edu.br](mailto:elisregina@ufersa.edu.br).

<sup>3</sup> Profa. Dr. IFRN – DIAC-IP-COGEAM, [zildenice.maia@ifrn.edu.br](mailto:zildenice.maia@ifrn.edu.br).

<sup>4</sup> Profa. Dr. IFRN – DIAC-MO- COGEAM, [lenilton.alex@ifrn.edu.br](mailto:lenilton.alex@ifrn.edu.br).

<sup>5</sup> Mestre engenharia Sanitária- IFRN-MO, [bruno\\_martins\\_vale@hotmail.com](mailto:bruno_martins_vale@hotmail.com)

<sup>6</sup> Mestre em educação e contemporaneidade, PMM-AS, [oci\\_mara@hotmail.com](mailto:oci_mara@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Até 2050, espera-se que a população urbana quase duplique fazendo da urbanização uma das mais transformadoras tendências do Século XXI (ONU, 2016, p. 3). Discutir a sustentabilidade nas cidades parte do reconhecimento de que a forma como tais ambientes se desenvolveram tornou-se insustentável ao longo do tempo, em termos ambientais, econômicos e sociais. Aos poucos, essa discussão ganhou espaço dentro de fóruns, encontros e acordos internacionais correlatos ao tema. O termo Sustentabilidade é conhecido classicamente como aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (ONU, 1991). A questão da sustentabilidade está intrinsecamente ligada ao estilo de vida das pessoas, às condições e oportunidades e às vulnerabilidades a que as pessoas são submetidas, seja no meio urbano ou rural.

Uma das maiores preocupações atuais é garantir a produção e disponibilidade de alimentos para todos. Para Jan Gehl (2015) um dos pontos-chave para o futuro é garantir as necessidades das pessoas no meio urbano, visto que hoje a população urbana é maior que a rural. Nesse sentido, a Agricultura Urbana emerge como uma estratégia importante para alcançar tal objetivo. De acordo com Oliveira e Santos (2018) a Agricultura Urbana (AU) se refere ao desenvolvimento de práticas agrícolas dentro das cidades, a partir do uso de vazios urbanos. Historicamente, a questão agrícola foi sendo associada ao meio rural (FERREIRA; CASTILHO, 2016, p. 67), porém Jacobs (1971) argumenta que a agricultura foi responsável pelo próprio aparecimento das cidades, visto que a humanidade abandonou o estilo de vida nômade a partir das primeiras iniciativas de cultivo de alimentos. Assim, existe uma ligação intrínseca entre a agricultura e a cidade.

Existe também o termo Agricultura Periurbana, que se refere àquela praticada em

Realização



Apoio



um espaço que não é propriamente urbano ou propriamente rural. Assim, a agricultura periurbana é praticada ao redor dos centros das cidades, sendo essas áreas de confrontação ou de transição (OLIVEIRA; SANTOS, 2018, p. 58). As duas modalidades de cultivo, apesar de terem sido invisibilizadas ao longo das décadas, têm tomado espaço nas práticas que buscam segurança alimentar, sustentabilidade urbana e qualidade de vida nas cidades. Como mostrado por Maas, Malvestiti e Gontijo (2020), a AU tem como principais benefícios o incentivo do reuso de resíduos gerados dentro do ambiente citadino (a promoção de atividades de compostagem, por exemplo), a redução no consumo de energia para produzir e transportar os alimentos e a prevenção à contaminação ambiental oriunda do uso de defensivos químicos. O cultivo de alimentos no meio urbano tende, nesse sentido, a estar em consonância com as agendas ambientais e merece destaque em discussões e acordos socioambientais e econômicos.

Hoje, o que pode-se ter como o principal documento norteador de políticas públicas e outras iniciativas de viés sustentável a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. A Agenda 2030 compila 17 principais objetivos que contemplam os três pilares do Desenvolvimento Sustentável (social, econômico e ambiental), e que são objetivamente fragmentados em 169 metas (ONU, 2015). A partir disso, cabe a todas as camadas sociais destinar esforços e estratégias para implementação e cumprimento dos ODS da Agenda 2030 a nível local e global.

Nesse sentido, Young (2018) citado por Sotto et al. (2019) afirmam que qualquer iniciativa com esse fim deve ser pensada a partir da articulação de dois ou mais ODS, visto que a própria Agenda foi pensada de forma integrada e qualquer esforço que se debruça apenas sobre um ODS tende a não alcançar seus objetivos. Iniciativas que trabalhem não só um, mas um conjunto de objetivos em sua totalidade tendem a potencializar o alcance das metas traçadas no âmbito da ONU em 2015 e assim contribuir para a sustentabilidade, principalmente no meio urbano.

Assim, ressurgem algumas metodologias importantes que integram múltiplos ODS ao longo de suas aplicações. Uma dessas, conforme aponta Zanotto (2016) é a Agricultura Urbana. Torna-se necessário destinar esforços para popularizar a AU como uma estratégia

Realização



Apoio



viável e eficiente para processos de sustentabilidade nas cidades. O objetivo do presente trabalho foi discutir sobre a Agricultura Urbana enquanto instrumento para a consolidação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, focando no cenário brasileiro.

## METODOLOGIA

O trabalho se baseou em pesquisa bibliográfica sistemática, que de acordo com Gil (2007), se desenvolve a partir da leitura de trabalhos científicos publicados anteriormente sobre as temáticas relativas ao estudo. A pesquisa tem caráter exploratório a fim de buscar maior familiaridade com a temática. As buscas por trabalhos foram realizadas nas plataformas Portal Periódicos CAPES e *Science Direct* utilizando as palavras-chave “Agricultura Urbana”, “Sustentabilidade Urbana”, “Cidades Sustentáveis” e “Agenda 2030” com o tempo das publicações definido entre 2017-2022. Além dessa busca geral, foram utilizados como documentos para a discussão a própria Agenda 2030 (ONU, 2015) e o V Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 (GTSC, 2021). Cada ODS foi analisado e suas metas relacionadas com a Agricultura Urbana a fim de selecionar os ODS com maior número de metas correlatas à temática. Ao fim, o trabalho se debruçou sobre quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para discussão, sendo eles: ODS 1, 2, 11 e 12, que tratam respectivamente sobre Erradicação da pobreza, Fome zero e Agricultura Sustentável, Cidades e Comunidades Sustentáveis e Consumo e Produção Responsáveis.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de existir respaldo legal para que se concretize o ideal da Cidade

Realização



Apoio



Sustentável nos municípios brasileiros, a maioria desses se encontra distante de ser considerada sustentável. Para Souza e Albino (2018), isso só irá acontecer quando as cidades se comprometerem com o desenvolvimento de projetos, ações, políticas públicas e programas voltados à educação socioambiental de qualidade. O envolvimento da sociedade, do Poder Público, das empresas e de diversos organismos sociais é imprescindível para que as cidades se tornem ambientes sustentáveis e adequados às regras legais em vigor (SOUZA; ALBINO, 2018, p. 96).

Espaços urbanos destinados ao estabelecimento da AU tendem a atender uma série de demandas socioambientais já reconhecidas dentro das cidades, tais como a falta de alimentos, a necessidade de espaços verdes e de espaços públicos para socialização, além da redução da vulnerabilidade socioambiental das pessoas. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO, 1996), esses espaços englobam quintais, telhados ou jardins de frutas e legumes, estando em locais abertos ou fechados, e que geralmente produzem em pequena escala. A AU está relacionada com múltiplos ODS da Agenda 2030, como pode ser observado na tabela 1, que lista os objetivos com maiores números de metas relacionadas.

Tabela 1 – Relação da AU com ODS e metas da Agenda 2030 da ONU

| ODS                                  | META     | RESUMO DA META RELACIONADA  |
|--------------------------------------|----------|---|
| ODS 1 -<br>Erradicação da<br>pobreza | Meta 1.1 | Erradicação da pobreza extrema  |
|                                      | Meta 1.2 | Reduzir à metade as pessoas que vivem na pobreza                                  |
|                                      | Meta 1.4 | Acesso a recursos econômicos, naturais, tecnológicos                              |
|                                      | Meta 1.5 | Redução da vulnerabilidade (climática e socioambiental)                           |
| ODS 2 -<br>Fome Zero e               | Meta 2.1 | Acesso a alimentos nutritivos, seguros e suficientes a pessoas em vulnerabilidade |

Realização

Apoio



|  |   |  |
|--|---|--|
| Agricultura<br>Sustentável                           | Meta 2.2<br><br>Meta 2.4<br><br>Meta 2.5                                      | Acabar com a má nutrição<br><br>Garantir sistemas sustentáveis de<br>produção de alimentos<br><br>Diversidade genética de sementes e<br>plantas cultivadas   |
| ODS 11 -<br>Cidades e<br>Comunidades<br>Sustentáveis | Meta 11.3<br><br>Meta 11.4<br><br>Meta 11.5<br><br>Meta 11.6<br><br>Meta 11.7 | Aumentar a urbanização inclusiva<br>sustentável<br><br>Proteger patrimônio natural e cultural<br>do mundo<br><br>Aumentar a resiliência ambiental de<br>pessoas vulneráveis<br><br>Reduzir o impacto ambiental per<br>capita das cidades<br><br>Acesso universal a espaços públicos<br>seguros, inclusivos, acessíveis e verdes  |
| ODS 12 -<br>Consumo e<br>Produção<br>Responsáveis    | Meta 12.2<br><br>Meta 12.3<br><br>Meta 12.4<br><br>Meta 12.5<br><br>Meta 12.8 | Gestão sustentável e uso eficiente dos<br>recursos naturais<br><br>Redução do desperdício de alimentos<br>ao longo da cadeia produtiva<br><br>Manejo ambientalmente saudável de<br>produtos químicos e todos os tipos de<br>resíduos<br><br>Reduzir a geração de resíduos<br><br>Garantir o fluxo de informações<br>relevantes e conscientização para o<br>desenvolvimento sustentável |

Fonte: Autoras, 2022

O alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é analisado, no Brasil, principalmente pelo Grupo de Trabalho da sociedade civil para a Agenda 2030, que reúne

Realização



Apoio



57 organizações (entre elas não governamentais, movimentos sociais, universidades e fundações) que acompanham e analisam o desempenho do Brasil em relação à Agenda 2030. O último relatório do GT (GTSC A2030, 2021) foi publicado no ano de 2021 e traz uma síntese do status das 169 metas traçadas.

Vale salientar que nenhuma das metas apresentou alcance satisfatório de acordo com o documento, que adota uma abordagem crítico-propositiva e aponta uma série de caminhos para o cumprimento da Agenda no território brasileiro. No geral, o documento caracteriza que o Brasil é um dos países mais distantes do cumprimento da Agenda. Das metas, 92 (54,4%) estão em retrocesso; 27 (16%) estagnadas; 21 (12,4%) ameaçadas; 13 (7,7%) em progresso insuficiente; e 15 (8,9%) que não dispõem de informação (GTSC A2030, 2021, p. 6).

O principal motivo apontado pelo GT é o desmantelamento de todo o arcabouço legal em relação à questão socioambiental, a desregulamentação de instâncias fiscalizadoras e a falta de fomento a políticas públicas focadas na construção de uma sociedade mais justa. Os ODS 1, 2, 11 e 12 tiveram a maioria das suas metas ficaram entre as seguintes posições: i) em retrocesso, quando as políticas ou ações de alcance foram interrompidas, mudadas ou ficaram sem orçamento; ii) ameaçada, quando mesmo sem retrocesso a meta se encontra em risco em função da inação; e iii) estagnada, quando não houve avanço ou retrocesso significativo.

Em relação ao ODS 1, todas as metas relacionadas à AU estão em retrocesso. Houve um aumento da faixa de pessoas em extrema pobreza e aumento na taxa de desocupação, sendo a maior desde 2012. O volume de área incorporada para distribuição a partir do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) também diminuiu e o orçamento para políticas públicas de redução da vulnerabilidade também sofreu diminuição, como mostrado pelo GT.

Tabela 2 – Alcance das metas relacionadas diretamente à AU

| ODS                            | META     | ALCANCE DAS METAS |
|--------------------------------|----------|-------------------|
| ODS 1 - Erradicação da pobreza | Meta 1.1 | Retrocesso        |

Realização

Apoio

|   |           |            |
|---|-----------|------------|
|   | Meta 1.2  | Retrocesso |
|   | Meta 1.4  | Retrocesso |
|   | Meta 1.5  | Retrocesso |
| ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável | Meta 2.1  | Retrocesso |
|   | Meta 2.2  | Ameaçada   |
|   | Meta 2.4  | Retrocesso |
|   | Meta 2.5  | Estagnada  |
| ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis | Meta 11.3 | Ameaçada   |
|   | Meta 11.4 | Sem dados  |
|   | Meta 11.5 | Retrocesso |
|   | Meta 11.6 | Ameaçada   |
|   | Meta 11.7 | Retrocesso |
| ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis    | Meta 12.2 | Estagnada  |
|   | Meta 12.3 | Estagnada  |
|   | Meta 12.4 | Retrocesso |
|   | Meta 12.5 | Estagnada  |
|   | Meta 12.8 | Retrocesso |

Fonte: adaptado de GTSC A2030, 2021

Assim, temos mais pessoas incluídas na faixa de extrema pobreza, menos pessoas trabalhando, menos terras para distribuir para quem precisa e menos recursos e esforços centrados na redução da vulnerabilidade socioambiental a qual essas pessoas estão submetidas. Por mais que exista a baixa disponibilidade de terras, a AU tende a suprir todas as lacunas citadas para o cumprimento das metas, principalmente por requerer terras menores para produção e pelo potencial de ocupação das pessoas em vulnerabilidade.

No Brasil uma característica importante da AU, de acordo com Araújo (2016) é que é praticada, em maior quantidade, em contextos de vulnerabilidade socioambiental e surge como resistência da população local. Isso demonstra a necessidade não só de desenvolver estratégias de sustentabilidade ambiental nas cidades, mas de aliar também à

Realização

Apoio

questão socioeconômica. Porém, não basta manter as práticas de AU apenas nas periferias, como também é preciso expandir as experiências para os mais diversos grupos e locais da cidade, principalmente àquelas pessoas que mais consomem recursos ambientais e conseqüentemente têm um impacto ambiental per capita maior que as pessoas em vulnerabilidade.

De acordo com Maas, Malvestiti e Gontijo (2020), algumas cidades brasileiras que estão avançadas em termos de Políticas Públicas de incentivo à AU são as cidades de São Paulo (SP), Curitiba (PR), Brasília, Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG). Independente da AU estar ou não inserida concretamente numa cidade, existem inúmeros desafios a serem superados para a implantação de práticas eficazes. Ferreira e Castilho (2016) fazem uma discussão sobre AU na cidade de Recife (PE) e levanta a problemática da não inclusão desta atividade e das pessoas envolvidas no planejamento urbano da cidade, o que pode aumentar ainda mais a vulnerabilidade das pessoas envolvidas no processo. Justo (2020) se dedica a identificar e interpretar toda a dinâmica da produção orgânica no meio urbano de São Paulo (SP), mostrando o quanto os grupos sociais são atuantes e que essa modalidade de agricultura tem se fortalecido.

Quanto ao ODS 2 o cenário também não é otimista. De acordo com o Relatório Luz, cerca de 60% dos brasileiros se encontravam em situação de insegurança alimentar no ano de 2020. Além disso, houve uma tendência de aumento de pessoas em estado de desnutrição, ao passo que também foi notado aumento das taxas de sobrepeso e da obesidade. A meta 2.4 mantém-se em retrocesso: em 2019 a liberação de novos agrotóxicos bateu o recorde de 474 novos produtos, mas em 2020 esse número foi ainda maior, com 493 agrotóxicos liberados (GTSC A2030, 2021, p. 17).

A agricultura urbana em relação à segurança alimentar vem ganhando destaque em várias cidades do Brasil (SOUSA et al., 2020, p. 64). Sousa et al. (2020), ao pesquisar a contribuição da AU para a soberania alimentar em seis hortas da cidade de Palmas-TO, identificou que a produção das pessoas envolvidas tinha o objetivo principal de alimentação e o excedente era comercializado. Além disso, o dinheiro poupado era utilizado de outras formas, o que possibilita diretamente uma melhoria nas condições

Realização



Apoio



financeiras das famílias envolvidas.

Mais que o fortalecimento da AU, pode-se observar que essa prática comumente está ligada também à agricultura orgânica, conforme discute Maas, Malvestiti e Gontijo (2020). Para isso, existe a necessidade de empoderar as pessoas para a gestão de hortas e espaços comunitários de produção de alimento, promovendo uma menor dependência dessas pessoas em relação à ação do Estado. Para os autores, a AU cumpre seu papel enquanto desempenhada com base agroecológica.

A produção de alimentos no espaço urbano tornou-se tradição em vários países do mundo, principalmente nos desenvolvidos, apesar de apresentar custos e restrições, a AU desempenha um papel relevante no aumento da segurança alimentar e do bem-estar da população, principalmente nas comunidades marginalizadas pela desigualdade e estrutura capitalista (CARNEIRO; PEREIRA; GONÇALVES, 2016, p. 58). Savian, Boff e Boff (2021) realizam uma discussão sobre AU à luz do ODS 11 e analisam as práticas ao longo das regiões brasileiras, constatando que o cultivo de alimentos no meio urbano ocorre em todas as regiões, porém se encontra menos presente no nordeste brasileiro.

A perspectiva em relação ao objetivo 11 também não é de cumprimento no Brasil. Os esforços destinados à mobilidade, habitação e alimentação da população vulnerável diminuíram. A política de gestão de desastres e catástrofes no Brasil vem retrocedendo, com as práticas predatórias das grandes empresas e a desregulamentação das restrições para preservação de biomas (GTSC A2030, 2021, p. 71).

Marçal et al. (2021) realizam a análise do território da cidade de Goiânia relacionando a AU como uma estratégia para adaptação das cidades no contexto das mudanças climáticas. Em relação ao sequestro de carbono, os autores constataram que a área urbana destinada ao cultivo de alimentos dentro da cidade pode resultar na captura de 5.536.764,60 toneladas de CO<sup>2</sup> da atmosfera em 20 anos. Porém os principais problemas continuam sendo promover a mobilização social das pessoas e conseguir apoio do governo em todas as suas esferas.

Alguns apontamentos lançados pelo Relatório Luz para o cumprimento do ODS 11 se relacionam diretamente com espaços destinados à Agricultura Urbana: destinar

Realização



Apoio



esforços para saneamento ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos e planejamento e gestão desses; incentivar participação social na implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano e ampliar áreas verdes dentro do perímetro urbano.

No que tange à gestão sustentável dos resíduos urbanos, o ODS 12 traz metas concretas sobre a temática. As inseridas na tabela 1 dizem respeito ao alcance da gestão sustentável dos resíduos, à redução do desperdício de alimentos per capita e ao longo da cadeia produtiva, ao alcance do manejo sustentável de todos os resíduos para minimizar impactos negativos, redução da geração de resíduos através do reuso, reciclagem e prevenção e garantir o acesso à informação para conscientização em relação ao desenvolvimento sustentável.

Uma das principais contribuições que a AU traz em relação à gestão de resíduos é a possibilidade de reaproveitamento do que é gerado dentro das próprias cidades, especialmente os resíduos orgânicos. É inegável o fato de que a gestão de resíduos sólidos orgânicos representa um gargalo na busca da sustentabilidade, tanto a nível local quanto global. O fato desses resíduos terem pouca visibilidade nas legislações, somado ao próprio estigma da sociedade sobre eles, dificulta a destinação e tratamento corretos desse tipo de resíduo. O último relatório da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2021) estima que, por ano, cada pessoa gera em média 170 kg de resíduos orgânicos, e esses resíduos constituem um total de 45,3% do total de RSU gerados no Brasil. Atrás desse tipo de resíduo, ficaram o plástico (16,8%), rejeitos (14,1%), papel e papelão (10,4%) e outros tipos de resíduos com menores percentuais.

Alguns dos dados mais recentes em relação aos resíduos sólidos orgânicos foram trazidos no Diagnóstico Temático de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SNIS, 2021). O levantamento foi feito em 4.589 municípios brasileiros (82,4% do total do país) e identificou 74 unidades de compostagem espalhadas pelo Brasil que foram responsáveis por tratar 0,27 milhão de toneladas de resíduos orgânicos. Nesse contexto, fica nítida a urgência de impulsionar experiências de compostagem por todo o território nacional a partir do investimento em tecnologias, pesquisas e práticas de popularização desse

Realização



Apoio



processo.

Todas as metas do ODS 12 se encontram, no Brasil, estagnadas ou em retrocesso. De acordo com a GTSC A2030 (2021), o país ainda apresenta índices elevados de má gestão de resíduos de todos os tipos. A prática da coleta seletiva ainda se encontra com pouca aderência e houve uma diminuição da participação social dentro dos conselhos que têm objetivo de discutir sobre a questão socioambiental. De acordo com o relatório, precisa-se desenvolver metodologias para mensurar o consumo direto e indireto dos recursos naturais, aprimorar políticas públicas existentes, identificar como ocorre o desperdício alimentar, assegurar uma difusão ampla da discussão e de experiências e ampliar o investimento em pesquisas que trabalhem sobre a gestão de resíduos sólidos.

Tapia et al. (2021) estruturou e analisou os benefícios da Agricultura praticada em ambiente urbano. Elas foram agrupadas em quatro eixos, sendo eles i) Resiliência ambiental e eficiência de recursos: regulação climática, recuperação de terras, conservação do solo e gestão hídrica; ii) Inclusão social: engajamento comunitário, participação social, interações culturais; iii) Segurança alimentar e geração de renda: produção de alimentos, gestão de resíduos alimentares, geração de empregos e iv) Projeto urbano sustentável: maior disponibilidade de áreas verdes, acesso a espaços públicos de qualidade e outros.

Resta centrar esforços para que a AU seja vista e receba incentivos governamentais, uma vez que essa prática contribui para uma série de melhorias dentro dos centros urbanos. A integração da Agricultura Urbana às políticas públicas em distintas áreas do governo é um desafio para desenvolver ações concretas em prol do desenvolvimento urbano sustentável (SAVIAN; BOFF; BOFF, 2021, p. 9).

## CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, nesse sentido, que a AU contribui para a implementação de múltiplos

Realização



Apoio



ODS da Agenda 2030, em especial os ODS 1, 2, 11 e 12, que tratam respectivamente da Erradicação da pobreza, Fome zero e agricultura Sustentável, Cidades e Comunidades Sustentáveis e Consumo e produção responsáveis. Foi possível identificar que os ODS têm metas que estão distantes de serem alcançadas, o que demanda repensar no que está sendo feito. A AU tem o potencial de atuar para suprir as lacunas apontadas, resta fortalecê-la.

Além dos ODS listados, outros também se relacionam com a temática da AU com três ou menos metas diretamente correlatas. Entre eles, tem-se: i) ODS 3 – Boa Saúde Bem-estar; ii) ODS 4 – Ensino de Qualidade; iii) ODS 10 – Redução das Desigualdades; e iv) ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima. Contudo, esses ODS não foram discutidos diretamente no trabalho em função da seleção daqueles com mais metas relacionadas diretamente à AU, o que não significa dizer que esta não atue efetivamente para o cumprimento de outros objetivos da Agenda.

De forma geral, a AU incita novos usos para espaços urbanos, transformando-os em espaços coletivos que promovam uma melhor alimentação das pessoas, incentivo na economia local, reutilização de resíduos gerados dentro do ambiente citadino, a convivência e integração de pessoas, redução da desigualdade social, empoderamento da comunidade e, como fim último, a sustentabilidade urbana.

A Agricultura Urbana tem potencial para catalisar o cumprimento da Agenda 2030 e, por ser uma prática multi, inter e transdisciplinar, deve ser discutida à luz de outros ODS e de outras realidades. Além do cumprimento dos ODS, é importante que a AU seja analisada à luz das políticas públicas socioambientais e econômicas brasileiras, visando avaliar o seu papel na efetivação dessas leis, tais como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e outros instrumentos legais de proteção socioambiental.

## **A**GRADECIMENTOS

Ao IFRN pela oportunidade de participarmos deste evento e às autoras que dedicaram um bom tempo na construção deste trabalho.

## **R**EFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA (ABRELPE). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2021**. São Paulo: ABRELPE, 2021.

Realização



Apoio



ARAÚJO, Alessandra Silva. O planejamento urbano e ambiental na construção de Cidades sustentáveis: as hortas urbanas comunitárias em Porto, Portugal, e em Belo Horizonte, Brasil. **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 8, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8647045> Acesso: 15 Jan 2022.

CARNEIRO, M. F. B.; PEREIRA, L. A. G.; GONÇALVES, T. M. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Desenvolvimento Social**, n. 19, v. 01, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1901> Acesso: 16 Mar 2022

FAO – **FOOD AND AGRICULTURE ORGANISATION OF THE UNITED NATIONS**.1996. Disponível em: <http://www.fao.org/urban-agriculture/es/> Acesso: 15 Dez 2021.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. de. Agricultura urbana e gestão territorial em Recife/PE/Brasil: qual o lugar da agricultura urbana no planejamento da cidade? **Ateliê Geográfico**, v. 10, n. 2, p. 65-81, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/35747/21654> Acesso: 2 Jan 2022

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. GTSC A2030: 2021. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2021/> Acesso: 10 dez 2021

JACOBS, Jane. **La economía de las ciudades**. Barcelona: Edición 62 S/A, 1971.

GEHL, Jan. **Cidades para as pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

JUSTO, Marcelo. Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6671> Acesso: 15 Jan 2022

MAAS, L.; MALVESTITI, R.; GONTIJO, L. A. O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/H8nKFyjDjvhJvHPJ8FzjgTH/?lang=pt> Acesso: 15 Out 2021

MARÇAL, Débora et al. Urban and peri-urban agriculture in Goiânia: the search for solutions to adapt cities in the context of global climate change. **Urban Climate**, v. 35, n. 100732, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2212095520301644> Acesso: 10 Mar 2022

OLIVEIRA, A. C. N. de.; SANTOS, E. V. M. A importância da agricultura urbana: um estudo sobre o programa Eco Hortas Comunitárias no município de Campos dos Goytacazes – RJ.

Realização

Apoio



**Revista Cerrados**, v. 16, n. 2, p. 51-68, 2018. Disponível em:  
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1080> Acesso: 20 Jan 2022

Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso: 15 Jan 2020

Organização das Nações Unidas. **Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2.ed. São Paulo: Editora da FGV, 1991.

Organização das Nações Unidas. **Habitat III: A Nova Agenda Urbana** (em português). Quito, 20 de Outubro de 2016. Disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese.pdf> Acesso: 15 Dez 2021

SAVIAN, M.; BOFF, P.; BOFF, M. I. C. Pode a agricultura urbana contribuir para o desenvolvimento de cidades e comunidades sustentáveis? **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14926/13422> Acesso: 15 Mar 2022

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. **Diagnóstico Temático de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos**. Ministério do Desenvolvimento Regional: Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnosticos> Acesso: 15 Fev 2022

SOUSA, Tatiana de Oliveira et al. Agricultura Urbana: contribuições para segurança alimentar e a renda familiar das famílias horticultoras de Palmas-TO. **Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 14, 2020. Disponível em:  
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3417> Acesso: 10 Jan 2022

SOUZA, M. C. da S. A. de.; ALBINO, P. L. Cidades sustentáveis: limites e possibilidades conceituais e regulatórios. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/4388> Acesso: 13 Jan 2022

SOTTO, Débora et al. Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 97, 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ea/a/zxSGtbCVxzKVSfZnGs3DWct/?lang=pt> Acesso: 15 Jan 2022

TAPIA, Carlos et al. Monitoring the contribution of urban agriculture to urban sustainability: an indicator-based framework. **Sustainable Cities and Society**, v. 74, 103130, 2021. Disponível em:  
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2210670721004121> Acesso: 1 Abr 2022

ZANOTTO, Luciana Carolina. **Semeando o almoço na laje: Manual de implementação de hortas urbanas em comunidades de baixa renda, uma alternativa frente a problemas de desigualdade social**. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016

Realização



Apoio

